
Mudanças no Mundo do Trabalho:

O Debate Trabalho e Educação

Eraldo Leme Batista*



Ao refletirmos as transformações ocorridas no mundo do trabalho, constatamos tendência crescente de redução do número de trabalhadores em postos de trabalho antes considerados “estáveis” e que eram ocupados por trabalhadores altamente escolarizados e qualificados. Vários autores analisaram este processo, entre eles Harvey (2000), que ao refletir sobre mudanças ocorridas no mercado de trabalho nos Estados Unidos, observa que ocorreu crescimento considerável dos trabalhos flexíveis em detrimento dos trabalhos considerados estáveis.

[...] os trabalhadores flexíveis aumentaram em 16 por cento, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6 por cento, ficando em 15,6 milhões. Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria ‘temporários’ (HARVEY, 2000, p. 144).

Se verificamos que estes trabalhadores qualificados foram profundamente afetados pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, por outro lado, constatamos também que estes postos de trabalho, nem sempre foram extintos, mas sim foram transferidos para empresas terceiras, setores crescentes na indústria e também nos setor de serviços. As análises desenvolvidas por Harvey (2000) evidenciam um crescimento bastante significativo destas categorias de trabalhadores, com implicações em termos de qualificação, pois se trata de novos postos de trabalhos que não requerem alta qualificação.

A constituição dos segmentos de trabalhadores ‘estáveis’ e ‘precários’ é também objeto de análise de Castel (1999). Para o autor, há dois segmentos de emprego, um mercado ‘primário’, formado por elementos qualificados, melhor pagos, protegidos e mais estáveis, e um mercado “secundário”, constituído por pessoal precário, menos qualificado,

* Mestre em Educação pela Unicamp, graduado em Ciências Sociais e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diferenciação Sócio-Cultural (GEPEDISC) da Faculdade de Educação da Unicamp.

diretamente submetidos às flutuações da demanda. Em suas análises o autor nos informa que:

A internacionalização do mercado de trabalho acentua a degradação do mercado 'nacional. As empresas subcontratam também (flexibilidade externa) em países onde o custo da mão-de-obra é várias vezes menos elevado. Num primeiro momento, essa forma de deslocamento afeta, sobretudo os empregos subqualificados e as indústrias tradicionais. O processo de subcontratação é agravado com o processo de terceirização das atividades. O problema atual não é apenas o da constituição de uma 'periferia precária', mas também o da 'desestabilização' dos estáveis (CASTEL, 1999, p. 523).

Castel (1998) analisa também a flexibilidade enquanto necessidade de adequar o trabalhador às novas formas de produção:

A flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda. Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornaram-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer a subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda a gama das novas situações (flexibilidade interna). No primeiro caso, o cuidado de assumir as flutuações do mercado é confiado à empresas-satélites. Podem fazê-lo à custa de uma grande precariedade das condições de trabalho e de muitos riscos de desemprego. No segundo caso, a empresa se responsabiliza pela adaptação de seu pessoal às mudanças tecnológicas. Mas à custa da eliminação daqueles que não são capazes de chegar à altura dessas novas normas de excelência (CASTEL, 1998, pp. 517-8).

Diante de todas as mudanças, o trabalhador deverá se adequar, inserir-se, vencendo dificuldades para ser polivalente e responder com rapidez às demandas postas, ou será substituído por outro trabalhador.

Neste mesmo sentido, Salerno (1993) analisa que estes mecanismos de trabalho, não são novos. Como exemplo aponta a experiência da General Motors (GM), que buscando concorrer com Ford, lançou modelos mais diversificados de carros, com cores e design diferentes, flexibilizando alguns setores da produção. O autor analisa este processo e conceitua a flexibilidade como:

A habilidade de um sistema produtivo assumir ou transitar entre diversos estados sem deteriorização significativa, presente ou futura, de custos, qualidade e tempos, sendo uma variável não homogênea, definível a partir de aspectos intra e extrafábrica. As necessidades de flexibilidade de uma empresa relacionam-se a contextos definidos pela relação produto-processo-mercado e pela sua opção competitiva, não sendo, portanto, generalizáveis (SALERNO, 1993, p. 142).

Segundo o autor, o conceito de flexibilidade enquanto atributo de sistemas produtivos é pouco definível de modo geral, sendo definível apenas num dado contexto, num espaço produto-processo-mercado. Buscando demonstrar com qual conceito trabalha, o autor retoma a classificação formulada por Boyer (1986), na qual aponta cinco formas de flexibilidade.

1- Flexibilidade da organização da produção. Aptidão de ajustar os equipamentos a uma demanda variável em volume e composição. Está relacionada a equipamentos multiuso, automação microeletrônica.

2- Capacidade dos trabalhadores trocarem de posto numa dada organização do trabalho. É a idéia sociotécnica da polivalência de trabalhadores com ampla formação. Note-se que esta forma está relacionada à multiplicação e não apenas à multitarefa.

3- Flexibilidade nos contratos de trabalho. Possibilidade de variar o emprego, a duração e o local de realização do trabalho (linhas, seções etc.).

4- Flexibilidade na formação de salários (frente à situação econômica). Revisão permanente dos salários em função da conjuntura; salários variando conforme o desemprego, a produtividade etc.

5- Redução dos encargos e regulamentação social. Redução da carga fiscal, encargos, regulamentações públicas que limitem a liberdade de gestão das empresas.

O autor observa ainda que a flexibilidade pode ser decorrente de inúmeros fatores, como capacidade em lidar com vários tipos de equipamentos executando mais de uma tarefa, ou seja, ser polivalente. As reflexões do autor nos informam ainda que há possibilidade de variação de emprego, revisão dos salários, dependendo da situação da empresa e da produção, também há flexibilidade em decorrência da redução de encargos.

Transformações ocorridas no mercado de trabalho no Brasil

Ao refletirmos sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho no Brasil, constatamos que algumas categorias de trabalhadores foram fortemente atingidas. Ao analisarmos transformações ocorridas no setor bancário, concluímos que este setor vivencia profundas mudanças, como por exemplo, extinção de funções e de postos de trabalho. Estas transformações foram constatados por Segnini (1999) em pesquisa realizada neste setor.

Em 1986, a categoria bancária no Brasil representava um milhão de trabalhadores; em 1996, 497 mil (...). A elevada taxa de desemprego no setor refere-se a diferentes políticas que objetivam a redução de custos, num contexto altamente competitivo. Assim, é possível destacar a eliminação e a fusão de postos de trabalho, em decorrência das práticas de gestão que possibilitam a flexibilização funcional do trabalho (que se traduz pela realização de várias tarefas ao mesmo tempo), a redução de níveis hierárquicos e a opção política e econômica que embasa o uso das inovações tecnológicas, determinando, ao mesmo tempo, crescimento da produtividade e a redução de postos de trabalho, sem, contudo alterar a jornada de trabalho dos que permanecem empregados (SEGNINI, 1999, p. 191).

A pesquisa da referida autora nos permite afirmar que o setor bancário foi um dos mais atingidos em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, que transformou as relações de trabalho no interior dos bancos. Verificamos novas formas de subcontratação, novo padrão de relação salarial, trabalhos por tarefa ou tempo parcial, desregulamentação e perdas de direitos, fragmentação dos trabalhadores e enfraquecimento da organização sindical nos locais de trabalho. Assim, observamos que se intensifica a

desestruturação de trabalhos considerados estáveis como o bancário, vinculados a direitos inerentes à sociedade salarial (sobretudo bancos estatais) que vivenciam redução via PDV (plano de demissão voluntária) e, principalmente, através das privatizações ocorridas na década de 1990. Serviços bancários, conforme já apontado por autores citados neste trabalho, estão sendo terceirizados.

Ao analisar as transformações no mercado de trabalho brasileiro, Mattoso (1996), aponta o governo Collor como o responsável pelo início do processo de inserção subordinada às condições da nova ordem internacional, implementando o receituário neoliberal dos organismos reguladores internacionais.

Os primeiros anos da década de 1990 caracterizaram-se pela crescente subordinação das políticas antiinflacionárias ao compasso de multiplicar iniciativas de desestruturação do Estado, pelo pagamento da dívida externa sem contrapartida de reconstrução dos mecanismos de crescimento econômico e por políticas açodadas de abertura ao exterior desacompanhadas de políticas industriais, que ameaçariam as bases estruturais da produção nacional (MATTOSO, 1996, P. 39).

Refletindo sobre o desemprego no Brasil, o autor observa que apesar do crescente desemprego na década de 80, preservaram-se as estruturas produtivas, neste período. Na década de 90, o autor nos informa que a situação alterou-se profundamente. Em suas análises, compreende que o mercado de trabalho brasileiro já vivenciava os efeitos da estagnação e elevada inflação da década de 80. Mattoso sugere ainda que a situação agravasse completamente com as políticas neoliberais implementadas da década de noventa, ocasionando retração das atividades produtivas com o desmonte do Estado e das políticas públicas e com as transformações na estrutura produtiva, ocorridas nos primeiros anos da década de 1990.

[...] a menor geração de empregos, a redução da participação relativa da ocupação industrial, a ampliação da precarização e da queda dos empregos com vínculos trabalhistas e a elevação das taxas de desemprego colocam e continuarão colocando problemas suplementares a um mercado de trabalho historicamente heterogêneo, desigual e excludente (MATTOSO, 1996, P. 46).

Contextualizando as transformações ocorridas no mundo do trabalho na década de 90 no Brasil, o autor nos informa que desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho intensificaram-se nesta década, principalmente entre 1995 a 1998. O autor afirma que este fenômeno além de ser intenso, jamais havia sido observado no Brasil (MATTOSO, 1999, p. 9).

O Brasil vivenciou nos anos 90 ampla desestruturação do mercado de trabalho, tornando-se tão grave, que o crescente desemprego afetou diretamente milhões de pessoas, mas representou, como afirma Castel, ponta de um imenso iceberg.

Além da redução dos postos de trabalho, foi verificado também a ampliação dos trabalhos informais. Ao longo dos anos 90 foram suprimidos cerca

de 3,3 milhões de postos de trabalhos formais da economia brasileira, sendo que desde 1995 até 1999 foram suprimidos 1,8 milhões de empregos formais (MATTOSO, 1999, P. 18).

Para Dedecca (1998), as transformações no mercado de trabalho no Brasil, diferem das ocorridas nos países centrais. Dedecca (1998), nos sugere que a partir de 1978/79 o movimento sindical adota uma agenda agressiva, sendo que algumas questões como reorganização da estrutura sindical, implementação da negociação coletiva e da democratização das relações de trabalho através das comissões de fábricas, caracterizaram as ações políticas dos trabalhadores, enquanto que nos países considerados desenvolvidos verificava-se declínio dos movimentos sociais.

Aprofundando sua análise sobre as transformações ocorridas no mercado de trabalho no Brasil, Dedecca ressalta que a experiência brasileira:

[...] buscou ampliar o grau, mesmo que formal, de regulação pública sobre as relações de trabalho no sentido de aumentar os direitos existentes, sem alterar a estrutura do sistema nacional e suas características principais, como a flexibilidade no processo de contratação e demissão de mão-de-obra (DEDECCA, 1998, p. 181).

O autor nos indica ainda que a evolução das relações de trabalho foi rompida nos anos 90. No mesmo sentido de Mattoso (1999), e Pochmann (2001), Dedecca (1998) compreende que a opção política adotada no início da década de 90, foi fundamental para alterar o sistema nacional de relações de trabalho.

A abertura econômica do governo Collor forçou um movimento de racionalização produtiva, que, na ausência de uma política industrial, levou a uma posição defensiva das empresas. Estas adotaram uma posição claramente seletiva, focando sua atividade nos mercados que consideravam ter alguma perspectiva e eliminando capacidade produtiva naqueles avaliados como sem qualquer futuro (DEDECCA, 1999, p. 181).

As questões apontadas acima nos informam que as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro contribuíram para fragilizar as ações dos sindicatos, obrigando os mesmos a fazer concessões econômicas e políticas permitindo também a flexibilidade nas relações de trabalho, na esperança de garantir o emprego futuro.

Na década de 1990, cresce o fenômeno do desemprego no Brasil. As taxas registradas são muito superiores às do final dos anos 80. Para Pochmann (1998), é incontestável a presença de uma verdadeira epidemia de desemprego no Brasil. Em 1999, por exemplo, o Brasil assumiu a terceira posição no ranking mundial do desemprego; segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra à Domicílio) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 7,6 milhões de pessoas estavam, por exemplo, sem trabalho. Os dados observados nos informam que o Brasil foi um dos recordistas mundiais em desemprego, perdendo apenas para a Índia, a Indonésia e a Rússia. Conforme análise de Pochmann:

Apesar de representar 3.1% da força de trabalho de todos os países, o Brasil possuía, em 1999, 6,6% do desemprego mundial. Mesmo tendo menos população que a China e os Estados Unidos, a quantidade de desempregados no Brasil foi maior em 1999. A atual epidemia do desemprego nacional decorre da menor evolução dos postos de trabalho diante da expansão da População Economicamente Ativa (PEA). Entre 1989 e 1998, por exemplo, a população ocupada cresceu 14,6%, enquanto a PEA total aumentou 22,6%, o que influenciou diretamente o aumento do desemprego no conjunto do país, estimado em 280,3% (POCHMANN, 2001, p. 103).

O autor afirma ainda que os postos de trabalho com carteira assinada passam por uma crise no início da década de 1990, sob o governo Collor, responsável pela eliminação de 2.149.700,00 milhões de empregos. Conforme constatação do autor, entre 1993 e 1997, a economia registrou elevação acumulada do PIB (Produto Interno Bruto) em 21,5%, período em que o emprego assalariado com registro apresentou uma nova redução de 320,8 mil postos de trabalho. A situação se repete quando o período em referência passa a ser o Plano Real (Julho-94/97), com um saldo negativo de 787,7 mil empregos perdidos. Da mesma forma, a realidade não deixa de ser diferente para o período relativo ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995/97), que apresentou diminuição de 749,5 mil empregos assalariados com carteira assinada.

Refletindo acerca das transformações observadas, Pochmann (1998) destaca que houve um crescimento nos empregos com carteira assinada no setor terciário entre 1993 e 1997, mas este aumento não foi suficiente para recuperar o desemprego relativo ao período anterior, conforme descreve abaixo:

O saldo positivo de 313,9 mil empregos assalariados com registro durante o período recente de recuperação econômica não se mostra suficiente, seja para repor os empregos perdidos no setor terciário durante a recessão de 1989/92 (- 1.160,6 mil empregos), seja para compensar o decréscimo no nível de empregos entre 1993 e 1997 nos setores primários e secundários (- 634,8 mil empregos) (POCHMANN, 1998, p. 12).

O autor conclui que o aumento de vagas assalariadas sem registro e de ocupações não-assalariadas implica o aumento considerável da precarização das condições e relações de trabalho:

o grau de precarização da força de trabalho voltou a aumentar a partir dos anos 90. Até então, de acordo com os registros oficiais existentes, a tendência era de redução das formas de precarização do trabalho, tradicionalmente identificadas pelo desemprego e pelas ocupações sem remuneração e por conta própria. A elevação na relação produto-ocupação a partir dos anos 80, justamente quando o Brasil perdeu dinamismo econômico, terminou por refletir tanto na diminuição do potencial de geração de emprego assalariado de qualidade, sobretudo com registro formal, como no aumento das ocupações não-assalariadas. Na maior parte das vezes, as ocupações não-assalariadas representam formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência, o que desautorizaria o exercício de uma avaliação positiva sobre a qualidade geral dos atuais postos de trabalho no país (POCHMANN, 2001, p. 99).

Ao mesmo tempo, cresceu a participação do trabalho no tempo de vida para parte considerável de brasileiros, considerando-se, segundo Pochmann a presença crescente da jornada de trabalho adicional ao que a lei oficial estabelece, através do uso abusivo da hora extra. A pesquisa nos informa que:

Nos anos 90, por exemplo, a quantidade de trabalhadores com jornada superior à oficial duplicou, passando de 13,5 milhões para 26,7 milhões de pessoas ocupadas. Dessa forma, a cultura da hora extra ganhou maior dimensão, com a passagem de 22,2% para 37,2% do total dos ocupados com jornada de trabalho acima do que a legislação estabelece (44 horas semanais). Apesar da queda no volume de ocupados no setor industrial, estimada em 1,4 milhão de trabalhadores, houve, nos anos 90, uma expressiva elevação na quantidade de ocupados com jornada superior a 44 horas semanais. No mesmo período de tempo, cerca de dois milhões de trabalhadores industriais passaram a realizar hora extra, o que significou a passagem de 12,8% para 38,2% do total de ocupados desse setor com jornada de trabalho acima do estabelecido (POCHMANN, 2002, p. 108).

Observando questões relativas há horas extras, o autor observa que nos setores de comércio e de serviços, a quantidade de ocupados que passou a fazer hora extra aumentou em 2,7 e 3,1 milhões de pessoas, respectivamente. Com isso, havia, no fim dos anos 90, 48% dos trabalhadores do comércio e 45% do setor de serviços ocupados com jornadas superiores que 44 horas semanais, enquanto, no fim dos anos 80, eram 26,1% e 29,8%, respectivamente. Estes dois setores de atividade econômica registraram elevação na ocupação nos anos 90, respectivamente, de 2,2 milhões de vagas adicionais no comércio e de 3,2 milhões de novos postos de trabalho nos serviços (POCHMANN, 2002, p. 109).

Ao mesmo tempo em que milhões executam trabalhos além da jornada, constata-se que há aumento crescente dos que estão à procura do primeiro emprego ou mesmo de um novo emprego. Esta situação é vivenciada principalmente pelos jovens sem experiência e que buscam oportunidade no mercado de trabalho, afetando também os trabalhadores acima de 35 anos, considerados velhos para o mercado.

Neste sentido Pochmann (2001) conclui que o mercado não absorve a quantidade apta a ingressar no mercado de trabalho, e que somente uma parcela pequena desta multidão consegue inserir-se no mercado. Conforme constatação do autor:

Dos 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho nos anos 90, apenas 8,5 milhões obtiveram acesso a algum posto de trabalho, gerando um excedente de mão-de-obra de 5,1 milhões de desempregados. Em outras palavras, somente 62,5% das pessoas que se inseriram no mercado de trabalho encontraram uma vaga. Na média, a cada ano, 1,5 milhão de pessoas foram adicionalmente incorporadas ao mercado de trabalho, mas apenas 943 mil pessoas tiveram acesso à ocupação. Ainda em termos anuais, nota-se que a década de 1990 contribuiu para o registro adicional de 567 mil desempregados (média anual) (POCHMANN, 2001, p. 103).

Trabalho e educação

Vivemos em uma época em que o crescimento do desemprego é verificado em todas as regiões do Brasil, em decorrência de fechamento de postos de trabalho ou mesmo transferência de serviços para empresas terceirizadas, ocorrendo neste sentido crescimento trabalhos precários executados sob extensas jornadas de trabalho. Para justificar estas questões, o setores empresariais, a mídia e setores acadêmicos apontam a baixa qualificação como responsável pelo desemprego ou mesmo pelo crescente processo de trabalhos precários.

A concepção da educação como forma de garantir a inserção no mercado de trabalho ou mesmo possibilitar ascensão profissional, generalizou-se na sociedade responsabilizando os trabalhadores pelo desemprego, pois os mesmos não estão aptos para inserirem-se no mercado por não acompanharem as mudanças ocorridas e não qualificarem-se.

Organizações empresariais brasileiras como Federação das Industrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Centro das Industrias do Estado de São Paulo (CIESP) apontam como solução para resolver o problema do desemprego - que os trabalhadores se qualifiquem e que ocorra maior investimento na educação básica.

Ao participar de Congresso Internacional referente à educação ocorrido em 1998, o Presidente da Federação das Industrias do Estado de São Paulo, Max Schrappe, abordou a questão “[...] uma das soluções mais eficientes para reduzir o desemprego é o resgate da qualidade, e democratização do acesso ao ensino básico, médio, técnico, profissionalizante e de terceiro grau [...]” (Congresso Internacional Educação e Trabalho, 1998, apud Kober, p. 9, 2004).

Lembramos que organizações empresariais, muitos intelectuais, mídia, igreja, concordam, justificam e implementam concepções das instituições internacionais representantes do capital [Banco Mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio)].

Paro (2001), observa que tratam-se de equívoco justificar a baixa escolarização, qualificação como barreira para ascensão social. Alegam-se que os trabalhadores não estão preparados para o trabalho. Estas idéias, segundo Paro (2001), não resiste a menor análise, pois supõe que a escola possa criar os empregos...

[...] que o sistema produtivo, por conta da crise do capitalismo, não consegue criar, a não ser como discurso ideológico para que as pessoas continuem acreditando que sua posição social se deve à falta de escolaridade e não às injustiças intrínsecas à própria sociedade capitalista, esse argumento deveria ter sua importância bastante relativizada nas discussões sobre o papel da escola (PARO, 2001, p. 23).

Ao analisar a concepção burguesa no Brasil, Paro (2001) aponta que a responsabilidade pela crise social é justamente da classe dominante, não devendo a escola responsabilizar-se ou mesmo ter como principal função preparar para o mercado. Segundo o autor.

Aos empregadores que, com seus protestos de amor pela educação, vivem utilizando permanentemente a mídia para reclamar maior eficiência da escola na preparação para suas empresas, deveria ser dito que esse é problema deles, empresários, que usufruem os benefícios de uma maior formação de seus empregados e que a escola pública, paga com os impostos da população, tem funções mais importantes do que ficar, mais uma vez, servindo ao capital (PARO, 2001, p. 24).

Não negamos a importância da educação para o conjunto da sociedade, os seus benefícios, que nos possibilita compreender a sociedade que vivemos, sendo sim condição necessária para inserção no mercado de trabalho, porém não sendo suficiente para garantir esta inserção. Entendemos não ser somente escolaridade a garantir conquista do emprego, pois esta questão está vinculada a questões maiores, político-econômico e social.

Refletindo sobre as teses defendidas pelos representantes da classe dominante brasileira e analisando as diversas pesquisas referentes ao desemprego e precarização do trabalho no Brasil, constatamos contradições nestas teses, pois pesquisadores (POCHMANN, 2000; SEGNINI, 1999, 2000; KOBER, 2004) nos informam justamente o contrário – está ocorrendo intenso processo de redução de postos de trabalho, justamente em setores que demandam força de trabalho com alto nível de estudo e qualificação, como por exemplo, o setor bancário.

O desemprego de trabalhadores em decorrência do processo de reestruturação, acrescenta uma nova dimensão aos problemas sociais que já marcam há muito o Brasil: miséria, pobreza, não acesso à educação e saúde. Trata-se do desemprego de trabalhadores escolarizados e qualificados, como, por exemplo, ocorreu intensamente na última década com os bancários do país (SEGNINI, 2000, p. 26-27).

O crescente desemprego nos setores escolarizados, qualificados, nos permite discordar das teses defendidas por setores da classe dominante brasileira. A categoria bancária (setor de trabalhadores com altos níveis escolares e qualificados) sofreu drástica redução de trabalhadores ao mesmo tempo em que ocorreu crescimento dos trabalhadores terceirizados, estagiários etc. Consideramos importante reproduzir citação do item II deste texto.

Em 1986, a categoria bancária no Brasil representava um milhão de trabalhadores; em 1996, 497 mil (...) A elevada taxa de desemprego no setor refere-se a diferentes políticas que objetivam a redução de custos, num contexto altamente competitivo. Assim, é possível destacar a eliminação e a fusão de postos de trabalho, em decorrência das práticas de gestão que possibilitam a flexibilização funcional do trabalho (que se traduz pela realização de várias tarefas ao mesmo tempo), a redução de níveis hierárquicos e a opção política e econômica que embasa o uso das inovações tecnológicas, determinando, ao mesmo tempo, crescimento da produtividade e a redução de postos de trabalho, sem, contudo alterar a jornada de trabalho dos que permanecem empregados (SEGNINI, 1999, p. 191).

No setor bancário brasileiro ocorreu um crescimento do trabalho precário, com menores salários, maiores jornadas de trabalho, menos direitos sociais. Ao analisarmos o

mercado de trabalho na década de 90 no Brasil, constatamos que ocorreu crescimento do trabalho assalariado sem registro em carteira, ao mesmo tempo em que decresce a PEA assalariada com registro. Isto significa que “*crescimento dos serviços terceirizados, do trabalho temporário muitas vezes revestido da denominação ‘ocupação por conta própria’*” (SEGNINI, 2000, p. 24-25).

Os procedimentos necessários para executar o trabalho tende a ser cada vez mais simplificado em decorrência da difusão da tecnologia de informação e submetidos a maior controle. A pesquisadora constatou ainda que no interior do banco, qualificação é entendida como; capacidade de competir, tanto no âmbito interno como externo da empresa. O trabalhador deve ser audaz, ser capaz e ter disposição para competir, ser capaz de ser um “vencedor” (SEGNINI, 2000, p. 30).

A importância do diploma, em termos de conteúdo (qualidade) é relativizada, assumindo muito mais um caráter legitimador do posto de trabalho ocupado do que mobilizador de conhecimentos. Neste sentido os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador em diferentes processos e instituições sociais, como família, escola, empresa, etc, somados às suas habilidades pessoais, também adquiridas socialmente, acrescidas de suas características pessoais, de sua subjetividade, constituem um conjunto de saberes e habilidades postos à disposição do capital no processo produtivo.

No setor bancário, exige-se um grau maior de qualificação, no entanto, não é necessária essa exigência por parte de toda a categoria, muito menos no atual estágio de desenvolvimento das tecnologias, sendo essa exigência, ao menos por enquanto, mero caráter classificatório e diferenciador no mercado de trabalho. A escolaridade e formação são condições necessárias, mas jamais suficientes para o desenvolvimento, já que apenas ações políticas concretas podem possibilitar tal desenvolvimento (SEGNINI, 2000, p.39).

A busca por melhor forma de inserção no mundo do trabalho faz com que as pessoas busquem maior qualificação, e ainda assim, faça uma série de combinações possíveis a partir de suas experiências de vida, para apresentar “as competências” exigidas pelo “mercado”.

Ao analisarmos pesquisa desenvolvida por Segnini (2000) constatamos que os setores com exigências de qualificação reduzem-se rapidamente. Neste sentido utilizamos também para aprofundar nossa análise o trabalho realizado por Batista (2004), que nos informa em sua pesquisa que “*apenas uma minoria da classe-que-vive-do-seu-trabalho está inserida no ‘mundo das competências’, pois a maioria convive em relações de trabalho precário, terceirizado, parcial, ou seja, em condições de maior brutalização*”(BATISTA, 2004, p. 144).

Ao refletir também sobre as novas habilidades pessoais requeridas pelo capital, Batista (2004) considera que esses referidos;

[...] atributos, atitudes, qualidades, comportamentos e características pessoais apresentam-se num complexo heterogêneo e contraditório, perpassando a questão da força de trabalho, sempre visando o aumento da produtividade e da valorização do capital. Muitas vezes, a literatura especializada passa a idéia de uma homogeneidade, desconsiderando a realidade brutalizada do trabalho precário, terceirizado, subcontratado, colocando ênfase apenas nas relações de trabalho mais sofisticadas, negando as múltiplas faces e desdobramentos heterogêneos do real (BATISTA, 2004, p. 148).

Ao desenvolver análise referente também a esta questão, Antunes (1999), observa que as novas exigências do capital com relação ao trabalhador, requerendo do mesmo qualificação, participação, que o mesmo seja polivalente, multifuncional e apto para a rotação de tarefas,

[...] faz aflorar o sentido falacioso da ‘qualificação do trabalho’ que muito freqüentemente assume a forma de uma manifestação mais ideológica do que de uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a confiabilidade que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital (ANTUNES, 1999, p. 52).

O capital exige disciplina, vontade, envolvimento e participação do trabalhador. Outro pesquisador (DIAS, 1999), que ao analisar as questões relativas à este debate, observa que, *“o trabalhador de que o capital necessita é aquele que é capaz de dar resposta, pronta e adequada, às situações que possam ocorrer no ato produtivo. Requer-se, portanto, o trabalhador polivalente”* (DIAS, 1999).

Conforme ainda Dias (1999),

Ganhar corações e mentes dos trabalhadores significa, portanto, desestruturá-lhes a identidade de classe. A perspectiva do ‘desaparecimento’ das classes, a proposta implícita de um pacto social automático no cotidiano e, portanto, despolitizado e despolizante, requer não a mera reafirmação de dogmas, mas a construção da identidade das classes trabalhadoras, respeitada a sua diversidade, conhecidas as suas lutas, linguagens e tradições (DIAS, 1999, p. 125).

Como bem salienta Frigotto (1999), do plano ideológico desloca-se a responsabilidade social para o plano individual. Ainda conforme o autor.

Já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis. Os desempregados devem buscar ‘requalificação’ e ‘reconversão profissional’ para se tornarem empregáveis ou criarem o auto-emprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência. Estes compõem mais de um bilhão de pessoas no mundo e vivem o tempo todo procurando emprego (FRIGOTTO, 1999, P. 15).

Ou seja, a responsabilidade de empregar-se ou não, de inserir-se no mercado ou não é estritamente do trabalhador. O “fracasso” ou “sucesso” dependerá do esforço individual de cada trabalhador.

Ao refletir sobre o debate em torno das competências, Kober (2004), aponta que esta noção apresenta-se, “[...] despolitizada, óbvia e inevitável, contribuindo para dividir o mundo social em dois grupos: o primeiro formado por indivíduos inteligentes, lúcidos e competentes e o outro por indivíduos resistentes, ignorantes, que não entendem o movimento da história” (KOBBER, 2004, p. 35).

Também Batista (2004) ao analisar questões relativas ao conceito de competências aponta que a *“noção de competências é a forma funcionalista com que o capital arquiteta a participação manipulatória do trabalho – polivalente e multifuncional – capturando sua subjetividade, levando ao extremo a alienação e o estranhamento do indivíduo e o fetichismo social”* (BATISTA, 2004, p. 159).

Ainda segundo entendimento deste autor, o modelo de competências cria a ilusão segundo a qual *“haveria ganhos para os trabalhadores, pois, ao contrário do que acontecia antes, o adestramento dá lugar ao trabalho comunicativo e interativo, elevando o grau de subjetividade dos trabalhadores ao exigir níveis mais elevados de abstração, criatividade, dinamismo, comunicação etc”* (BATISTA, 2004, p. 161).

Buscando reforçar a tese falsa da burguesia brasileira, apontamos outro segmento que são os jovens, cada vez mais escolarizados, possuidores muitas vezes de formação técnica, mas intensamente atingidos pelo processo de desemprego. Para tanto apontamos pesquisa realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, 2005) nas regiões metropolitanas do Brasil, constatando-se alto desemprego nas camadas juvenis, o que reforça nossa tese de que o discurso burguês, apontando a falta de qualificação como responsável pela própria exclusão do trabalhador não procede.

A referida pesquisa nos aponta ainda que os jovens são os mais atingidos pelo baixo crescimento econômico, pois segundo a pesquisa já citada, entre os inseridos na força de trabalho, em torno de 30% encontravam-se em situação de desemprego nas regiões metropolitanas pesquisadas. A condição de desemprego era ainda pior em Salvador e Recife, com taxas superiores a 40%. Os jovens nordestinos tinham maiores dificuldades para inserem-se no mercado de trabalho.

Um dos principais fatores de desagregação observados na pesquisa refere-se à falta de perspectiva para a juventude. O desemprego é uma forma de exclusão que adquire proporções preocupantes entre a população jovem, recaindo principalmente sobre os jovens de 16 e 17 anos. Outra questão preocupante apontada pelo DIEESE, é que os jovens mais pobres estão em desvantagem em relação aos jovens de famílias que possuem melhores condições financeiras. A limitada incorporação dos jovens no mercado de trabalho, segundo o órgão responsável pela pesquisa, contribui por redefinir o padrão de inserção desta camada da população, em que parte dos jovens se dirige para a inatividade (muitas vezes fora da escola) e parte insiste na procura de emprego sem sucesso (desempregados).

Após analisarmos o desemprego vivenciado por milhões de jovens escolarizados, qualificados, concordamos com Batista (2004) ao afirmar que no contexto da reestruturação produtiva, “[...] há um excedente de força de trabalho, um exército industrial de reserva, escolarizado, disponível no mercado, que torna possível ao capital a estratégia de descartar os “problemáticos” e “inadaptáveis”, que transitam continuamente entre o emprego precário e o desemprego, constituindo-se num mecanismo de pressão sobre os trabalhadores que se mantém no emprego” (BATISTA, 2004, p. 149).

Conclusão

Com o crescente processo de desemprego, principalmente nos setores qualificados, concluímos que o discurso da qualificação, escolarização, capacitação para inserção no mercado de trabalho não passa de questão ideológica do capital a permear pela sociedade, atribuindo os problemas referentes à crise do trabalho aos próprios trabalhadores, se isentando desta crise. De forma sutil e apoiado no interior do Estado, número considerado de intelectuais, pelas igrejas e pela mídia e até por Centrais Sindicais que legitimam este discurso, O CAPITAL atribui a culpa ao conjunto da classe trabalhadora, sua condição de desemprego, de vivenciarem os trabalhos precários etc.

Entendemos que neste processo de mercantilização da educação, os educadores devem se comprometer com defesa de uma educação pública, laica, gratuita e não ser meramente reprodutora dos interesses do capital. Neste sentido concordamos com Lombardi (2005) que defende uma educação crítica, voltada para toda a sociedade, “[...] propiciar a todos os homens o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, bem como uma educação crítica, voltada ao atendimento de toda a sociedade e centrada nos conteúdos, dentro de uma perspectiva política de transformação social” (LOMBARDI, 2005, p. 35).

Concordamos também com análise realizada por Mészáros (2005), que propõe uma educação que vá além do capital. Nós educadores temos responsabilidade por educação emancipadora, “a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconciliável sem concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo (...) E vice-versa; a educação não pode funcionar suspensa no ar” (MÉSZAROS, 2005, p. 76).

Constatamos que o capital de forma sutil, incentiva a escolarização, qualificação, pois torna-se vantagem para o mesmo que haja crescimento de trabalhadores escolarizados em situação de desemprego, pois contanto com grande exército de reserva a procura do emprego, possibilita pressionar e explorar ainda mais os trabalhadores no interior da empresa. Esta situação contribui para fragilizar possibilidades coletivas dos trabalhadores em decorrência da insegurança e ameaça diante de tantos desempregados que aceitam

executar as mesmas tarefas, porém percebendo salários menores. A concorrência e disputa por um trabalho, contribui para crescimento da individualização do trabalhador que observa no outro trabalhador um adversário a ser derrotado. Trata-se de uma questão ideológica e aceita por um conjunto cada vez maior de trabalhadores, contribuindo para desmobilização, fragmentação e fragilização da classe.

Se pesquisas apontam redução dos empregos considerados “estáveis”, de “ponta”, “estratégico” para o capital, e ampliação dos trabalhos cada vez mais precários, nos permite afirmar que o debate em torno da noção de empregabilidade, ou seja quanto maior a escolaridade, maior a possibilidade de emprego transferindo a responsabilidade para o indivíduo. Trata-se de uma questão falsa, enganosa e ideológica, tornando-se na verdade de mais uma “bravata” dos representantes do “Sr. Capital”, contra a classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BATISTA, Roberto Leme. *Desafios do Trabalho: Capital e Luta de Classes no Século XXI*, Londrina, Práxis, 2004.

BOYER, Robert. *La flexibilité du travail em Europe*. Paris: La Decouverte, 1986.

CASTEL, Robert. *O fim do trabalho, um mito desmobilizador*. Revista CEPAT Informa, n. 44, 1998.

_____. *As metamorfoses da questão social, uma crônica do salário*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *As metamorfoses do trabalho*. In: FIORI, José L.; NORONHA, J. C. *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

DEDECCA, Cláudio. *Reestruturação produtiva e tendências do emprego*. Economia & Trabalho, Unicamp, IE, Campinas, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Juventude: Diversidade e desafios no mercado de trabalho metropolitano*. Estudos e Pesquisas, n° 11, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. *A Liberdade (im)possível na ordem do capital: Reestruturação Produtiva e passivização*. Campinas-SP: IFCH/Unicamp, 1999.

FRIGOTTO, Galdêncio. *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

KOBER, Claudia Mattos. *Qualificação Profissional: Uma Tarefa de Sísifo*. Campinas, Autores Associados, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. *Marxismo e Educação, debates contemporâneos*. Campinas, Autores Associados, 2005.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

_____ & POCHMANN, Márcio. *Reestruturação ou desestruturação produtiva no Brasil*. Campinas: Cesit/IE/UNICAMP, 1997.

MESZAROS, István. *A Educação Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2005.

PARO, Vitor Henrique. *Escritos Sobre Educação*. São Paulo, Xamã, 2001.

POCHMANN, Marcio. *E-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

_____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Economia e Sociedade, Campinas, IE/ Unicamp, n.9, 1998.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

SALERNO, Mario Sérgio. *Modelo japonês, trabalho brasileiro*. In: HIRATA, Helena. Sobre o “Modelo” Japonês. São Paulo: Edusp, 1993.

SEGNINI, Liliana. *Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação*. Revista Trabalho & Educação, n.6, 1999-2000.

_____. *Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente*. Revista São Paulo em perspectiva. São Paulo, 2000, p. 72-82.

_____. *A liturgia do poder: trabalho e disciplina*. São Paulo: Educ, 1988.

_____. *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. *Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, n. 67, 1999.

_____. *Relações de gênero e racionalização do trabalho em serviços de atendimento a distância*. In: SALERNO, Mario Sergio. *Trabalho e sociedade, relação de serviço produção e avaliação*. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. *Relações de gênero no trabalho bancário informatizado*. Cadernos Pagú, n.10, Campinas, 1998.

_____. *Relações de gênero no trabalho bancário no Brasil*. Revista ALAST (Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho), 1998.

VENCO, Selma. *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*. Campinas: Unicamp, 2003.